



**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

# **PROCESSO SELETIVO**

**PROPOSTAS DISCRICIONÁRIAS**

**PROGRAMA – 2217**

**DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

**Ação 00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas**

## Sumário

1.	APRESENTAÇÃO.....	3
2.	OBJETIVO.....	3
3.	DIRETRIZES.....	3
4.	ORIGEM DOS RECURSOS.....	4
5.	PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES.....	4
6.	ITENS FINANCIÁVEIS NAS AÇÕES DO PROGRAMA MOBILIDADE URBANA.....	5
7.	CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS.....	6
8.	CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	6

## **1. APRESENTAÇÃO**

**1.1.** Este manual objetiva orientar Estados, Distrito Federal e Municípios acerca dos fundamentos técnicos da Ação 00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas do Programa 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano e fornecer orientações necessárias à apresentação e enquadramento de propostas passíveis de viabilização com aporte financeiro do Orçamento Geral da União (OGU).

## **2. OBJETIVO**

**2.1.** O Programa 2217 - possui objetivo de Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade.

**2.2.** Apoio a estados e municípios para promoção da urbanização acessível, por meio de ações e intervenções de qualificação de espaços de uso público, eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas e modernização tecnológica.

## **3. DIRETRIZES**

**3.1** As propostas cadastradas devem ser compatíveis com:

- a) O Plano Diretor;
- b) O Código de Posturas;
- c) O Código de Obras e de Edificações;
- d) Os planos locais de habitação, saneamento, mobilidade urbana, dentre outros;
- e) O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/01);
- f) A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n.º 12.587/12);
- g) Demais leis e normas nacionais, regionais e locais acerca de edificações, infraestrutura urbana, parcelamento, uso e ocupação do solo, proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural;
- h) Promover o exercício dos direitos das pessoas com deficiência nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/15); da Lei n.º 10.098/00; da Lei n.º 10.048/00; do Decreto n.º 5.296/04; da NBR 9050:2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e das demais normas vigentes;
- i) Fomentar a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas Subnacionais, visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a

estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados; e

- j) Observar as disposições referentes à elaboração de custos contidas no Decreto n.º 7.983/2013 e as orientações previstas na Portaria Interministerial n.º 424/2016, adotando como referência custos menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e, no caso de obras e serviços rodoviários, a tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (SICRO).

**3.2** Os processos de cadastramento, enquadramento, seleção e execução de propostas no âmbito do Programa 2217 – Desenvolvimento Urbano e Metropolitano devem ser compatíveis com os cadernos, cartilhas e demais referências técnicas publicadas no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.

#### **4. ORIGEM DOS RECURSOS**

**4.1.** Os recursos necessários à consecução das ações se originam:

- a) Do Orçamento Geral da União (OGU) e
- b) Da Contrapartida a ser aportada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

**4.1.1** Os repasses devem cumprir as condições expressas na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas atualizações, e nos manuais específicos do Ministério das Cidades.

**4.2** O Valor do Investimento corresponde à soma das parcelas de repasse e contrapartida previstas no Item 4.1.

#### **5. PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES**

**5.1.** Constituem-se participantes da ação orçamentária:

- a) Gestor/Concedente, representado pelo Ministério das Cidades;
- b) Mandatária da União, representada pela Caixa Econômica Federal e
- c) Proponentes/Compromissários:

I. O chefe do Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou seu representante legal.

II. O representante legal dos Consórcios Públicos.

d) Interveniente: órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do instrumento para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.

**5.2.** As competências e responsabilidades dos participantes estão preconizadas nos manuais específicos do Ministério das Cidades e na legislação sobre convênios do Governo Federal, Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

## **6. ITENS FINANCIÁVEIS**

**6.1** As ações orçamentárias do Programa 2217 – Desenvolvimento Urbano e Metropolitano apresentam os eixos de atuação do Ministério das Cidades, em conformidade com as **Políticas Nacionais de Mobilidade Urbana, da Habitação e de Saneamento**.

**6.2** Os itens financiáveis passíveis de inclusão nas propostas do programa são expressos no Manual do Programa 2217 – Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.

**6.2.1** Os pleitos devem respeitar as condicionantes preconizadas no regramento citado no Item 6.2.

**6.3** A Ação 00YS será implementada por intermédio de 2 (duas) modalidades, que tem como mecanismo de implantação o apoio à administração direta ou indireta de estados, do Distrito Federal e de municípios, por meio da celebração de instrumentos.

**6.3.1** Modalidade 1 - Apoio à Elaboração de Projetos e Execução de Obras e Serviços de Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas Urbanas.

Finalidade: Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.

**6.3.2** Modalidade 2 – Apoio à implantação do Programa Fortalecimento das Capacidades Governativas Subnacionais: Modernização tecnológica para Planejamento Urbano.

Finalidade: Fomentar a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do Programa Fortalecimento das Capacidades Governativas Subnacionais visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados.

## 7. CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS

**7.1** Os pleitos devem ser cadastrados no Módulo de Transferências Discricionárias da Plataforma Transferegov.br.

**7.1.1** A inserção de propostas não se constitui garantia de acesso a recursos pelo proponente, que deverá atestar ciência da natureza discricionária da requisição conforme modelo disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.

**7.2** O valor de repasse de cada proposta deve estar compatível com os patamares mínimo e máximo expressos na tabela em sequência.

População (hab)	Valor de Repasse Mínimo	Valor de Repasse Máximo
até 20 mil	R\$ 500.000,00	R\$ 5.000.000,00
Mais de 20 mil e até 250 mil	R\$ 1.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
Mais de 250 mil e até 750 mil	R\$ 2.000.000,00	R\$ 20.000.000,00
Mais de 750 mil	R\$ 5.000.000,00	R\$ 50.000.000,00

**7.3** Os municípios cujos planos de mobilidade (somente mobilidade? / mantém ou retira?) urbana ainda não estejam aprovados podem indicar até 10% do valor de investimento da proposta para elaboração desses instrumentos.

**7.4** O Ministério das Cidades divulgará em seu sítio eletrônico calendário e instruções com programação das etapas de operacionalização das propostas, incluindo pré-cadastro.

## 8. CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**8.1** A destinação orçamentária do Programa 2217 – Desenvolvimento Urbano e Metropolitano deverá observar aos seguintes critérios de prioridade:

**8.1.1** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Mínimo de 60% dos recursos alocados destinados aos municípios com IDH inferior ao IDH do Brasil.

**8.1.2** Bom desempenho dos proponentes nos contratos já celebrados nas ações orçamentárias.

**8.1.3** CAPAG do município com boa classificação.

**8.1.4** Distribuição de renda: Mínimo de 50% destinados aos municípios classificados como baixa ou média renda, segundo a PNDR.

**8.1.5** Estágio mais avançado de elaboração dos projetos.

**8.1.6** Características de projeto relacionadas ao desenvolvimento sustentável e acessibilidade.

**8.1.7** Justificativa da importância da intervenção.

**8.1.8** Descrição do problema a ser resolvido.

**8.1.9** Identificação dos benefícios da intervenção, quanto ao aspecto urbano e de empregabilidade.

**8.1.10** Cujo cronograma de execução atenda ao prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período.